

Tribunal muda gestão do lixo no DF

MARCOS BRANDÃO

Lígia Maria

A esperada gestão integrada dos resíduos sólidos parece estar mais próxima do Distrito Federal, após a decisão do Tribunal de Contas do DF que manteve suspenso o novo edital de licitação de coleta de lixo. Pela decisão, a concorrência deverá ser dividida em dois lotes, pelo menos: um para infra-estrutura e outro para serviços, de forma a permitir um consórcio entre empresas interessadas.

A manutenção da suspensão do edital resultou de um trabalho conjunto entre o Ministério Público e a Comissão de Meio Ambiente da Câmara Legislativa, que acusam a Qualix de descumprir todos os itens do edital. Mais: suspeitam de que haja um conluio entre o Serviço de Ajardinamento Urbano e Limpeza Urbana (Belacap) e a empresa, o que resultaria no direcionamento do edital para beneficiar a Qualix.

Toda a gestão do lixo e limpeza urbana da cidade é realizada pela empresa. Estima-se que, em cinco anos, a Qualix tenha recebido cerca de R\$ 734 milhões. Caso levasse o novo contrato, receberia valor estimado em R\$ 1,016 bilhão.

A empresa detém o monopólio dos serviços de varrição, limpeza urbana e gerenciamento das usinas de compostagem, além de incineração e tratamento do lixo. Apesar da pauta de obrigações ser extensa, a Qualix nunca apresentou um plano de gestão integrada. Ao contrário,

deixou um saldo de insatisfação em relação aos serviços e um passivo ambiental para a cidade.

A promotora de Defesa do Públíco, Marta Eliana de Oliveira, enumera os principais erros da empresa. A Qualix deveria ter investido, por exemplo, na modernização das usinas de compostagem e insineração, na expansão da coleta seletiva no Plano Piloto e na construção de postos de entrega voluntária de material seco.

Além disso, afirma, o local onde funciona o Lixão da Estrutural deveria ter se tornado um aterro controlado, no qual se proibiria a entrada de pessoas, exceto os credenciados.

Lixão da Estrutural deveria ter se tornado um aterro controlado, com a entrada proibida

– A gestão do lixo precisa de planejamento e integração entre as partes envolvidas no processo, dos setores público e privado e ainda da sociedade civil – afirma promotora de Defesa do Públíco.

A gestão dos resíduos sólidos é uma questão de política pública e, portanto, não pode ficar nas mãos de uma única empresa, explica a promotora. Afinal, não é preciso entender de tecnologia de aterro sanitário para varrer rua.

É por isso que várias vozes se erguem contra o monopólio



Promotora Marta Eliana: gestão do lixo precisa de planejamento e integração entre as partes envolvidas no processo

da Qualix na cidade. Para o presidente da Comissão da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Legislativa, deputado Augusto Carvalho, a questão do lixo, no DF, é um escândalo ambiental, econômico e social, que necessita de soluções urgentes e concretas.

– Não podemos mais prorrogar essa solução e tampouco permitir que a Qualix continue a atuar na cidade, como bem entende, sem regulação alguma – defende.

O distrital é um dos que comemoram a decisão do TCDF. Para ele, o caminho agora é realizar a licitação por lotes como forma de estimular a qualificação técnica e a concorrência entre empresas.

– Uma licitação fragmentada é o começo de uma solução para o problema dos resíduos dessa cidade e também de moralização dos con-

tratos – alfineta Carvalho, para quem o edital tem de ser elaborado por uma entidade isenta, como o Banco Mundial.

Única – A Qualix cuida sozinha da gestão do lixo e limpeza urbana do DF desde 1999. No ano 2000, foi realizada uma licitação com prazo de cinco anos, a qual venceu no ano passado e foi prorrogado até novembro próximo. O volume de dinheiro

destinado à empresa multiplicou-se ao longo desse período. O contrato começou na casa dos R\$ 15,899 milhões, em 2000, e chegou aos R\$ 145,405 milhões no ano passado.

Procurada pela reportagem do JB, a assessoria de imprensa da Qualix Ambiental preferiu não se manifestar sobre os erros da empresa nem sobre as suspeitas de corrupção.

MARCOS BRANDÃO

O exemplo vem do Rio

Um aterro sem mau cheiro nem moscas. Parece um sonho, mas é realidade em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. Considerado um dos casos de agressão ambiental mais graves do País, a solução considerada exemplar lá encontrada pode servir de modelo para o Distrito Federal, onde se espera a desativação do Lixão da Estrutural e a construção de um aterro sanitário, em Samambaia, de alta tecnologia, como garante o secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Roberto Giffoni.

– A determinação da governadora Maria Abadia é que tenhamos o aterro sanitário mais avançado do País – diz Giffoni.

O desejo da governadora pode estar mais à mão do que se imagina. A área do novo aterro de Samambaia já conta com licença prévia e cercamento. Além disso, a Belacap elabora o projeto executivo, que prevê os aparelhos e as tecnologias que serão usados no processamento do lixo da cidade.

Serve como exemplo justamente o Centro de Tratamento de Resíduos (CTR) de Nova Iguaçu.

O local é referência mundial em tratamento de resíduos sólidos. Trata-se de um dos aterros sanitários mais avançados do mundo e o primeiro a ser reconhecido pelas Nações Unidas para participar do Mercado de Crédito de Carbono – espécie de bolsa de valores negocia pacote de gases emitidos na atmosfera.

Na prática, a Nova Gera, subsidiária da S.A. Paulista – empreendedora do CTR –, processa o gás metano produzido pelo lixo e vende para os países desenvolvidos, no caso o governo holandês. O

metano que se desprende da decomposição de materiais contribui 21 vezes mais para o efeito estufa do que o gás carbônico (CO₂).

Diferenciação – O aterro recebe pelo menos mil toneladas de lixo por dia. Apenas o lixo doméstico é coletado pela Prefeitura de Nova Iguaçu. Os resíduos industriais e hospitalares são encaminhados pelo gerador. Os valores para o tratamento são diferenciados, e os materiais mais perigosos e de difícil processamento são mais caros.

Todo o material é enterrado e protegido por coberturas, por cima e por baixo, de polietileno de alta densidade (Pead). A manta de Pead impede a infiltração do solo e do lençol freático pelo chorume – líquido altamente tóxico resultante da decomposição do lixo.

No DF, o chorume produzido ao longo de 30 anos de existência do lixão da Estrutural contaminou os córregos do Parque Nacional e o lençol freático que alimenta a Barragem de Santa Maria. É dali que sai a água para o consumo de 40% população do DF.

A pesquisa que trata da contaminação da área, realizada pela Universidade Católica de Brasília, é usada pelo ambientalista Gustavo Souto Maior, professor da Universidade de Brasília, para defender a desativação do lixão.

Para Souto Maior, o caso Nova Iguaçu deve ser visto como um exemplo de enfrentamento e de política ambiental a ser seguido.

– O lixão da Estrutural é uma vergonha ambiental que tem de ser encarado, solutionado, e com o exemplo de Nova Iguaçu vemos que isso é possível – afirma o ambientalista.



Giffoni no lixão da Estrutural: determinação para que se encontre a mais moderna das soluções para o problema

Tecnologia Brasileira

O CTR de Nova Iguaçu é um empreendimento de engenharia brasileira dimensionado para não poluir. Resultado de uma parceria público-privada da S.A. Paulista e a Prefeitura Municipal, o investimento foi considerável: nada menos do que R\$ 330 milhões.

O volume de recursos pode assustar. Contudo, garantiu a construção de uma solução exemplar de gestão de resíduos, modelo que vem sen-

do copiado por vários países da América Latina. Além de proporcionar a proteção de recursos naturais que, por vezes, necessitam de centenas de anos para se recuperar. Apenas esse fator, defendem os ambientalistas, bastaria para justificar os custos.

– Sabemos que a solução para o lixo passa por vontade política. Mas isso não dá votos, como as grandes obras da construção civil – disse uma das coordenadoras da orga-

nização não-governamental 100 Dimensão, Fátima Cabral.

A saída para a questão de Nova Iguaçu partiu da Prefeitura. A cidade estava envergonhada do cenário da degradação humana e ambiental apresentado pela área de transbordo. Frenteiro a um parque com nascentes de rios que desembocavam na Baía de Guanabara, o lixão ameaçava a qualidade da água da cidade. O solo estava saturado pela con-

taminação de resíduos teve de ser desativado e para passar por uma recuperação.

O CTR de Nova Iguaçu é um exemplo que, se não for copiado, deve pelo menos ser seguido, defende a promotora de Defesa do Públíco, Marta Eliana de Oliveira.

– O modelo é totalmente aplicável ao DF – opina a promotora. – E essa é a hora de decidirmos que futuro queremos para o lixo dessa cidade.